

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi o traçar uma análise que identificasse a formação do conceito de identidade do agente militante estudantil em 1968 a partir da relação de três planos: a memória, o grupo e o ator, que se intercalam e influenciam cíclica e mutuamente, ao mesmo tempo em que oferecem um quadro da dinâmica entre a sociedade, pela memória coletiva e pela criação simbólica do grupo. Buscou-se, assim, a auto identificação do ex-militante por meio da construção social da memória do movimento e da simbologia do grupo. Ao considerar o passado, o processo de construção identitária se dá em relação ao grupo e à sua percepção subjetiva. O laço com o grupo seria, estima-se, reconstruído a cada processo de reelaboração de sua memória pessoal sobre sua participação no ME. A memória como ferramenta analítica aparece em nas seguintes análises: nas produções literárias sobre 1968; nos levantamentos e investigações da repressão, expressas pelos arquivos Dops sobre a ação dos estudantes veiculados ao ME e a posterior construção simbólica do grupo como ameaça a ordem interna, e, por fim, na elaboração de quadros de memória sobre a trajetória particular. Trabalha-se, assim, com o equilíbrio da construção subjetiva que o indivíduo faz de si mesmo quando se vincula à memória histórica por meio de seu grupo, ao passo que a literatura e os arquivos fazem o caminho inverso: observam objetivamente um indivíduo do porquê ele fez parte daquele grupo. Nos trabalhos de rememoração, a memória, subjetiva ou construída pela literatura percorre sempre esse caminho em dois sentidos, embora em uma mesma direção. Ela fundamenta o indivíduo pelo grupo e o grupo pelo indivíduo em suas falas.

Palavras-chave: Movimento Estudantil, Ditadura Militar, Memória Coletiva.

ABSTRACT

The objective of this study was to draw an analysis to identify the formation of the concept of identity of the student activist agent in 1968 from the three planes relationship: the memory, the group and the actor, which are inserted and influence cyclical and each other to same time offer a dynamic table between society, the collective memory and the symbolic creation of the group. We tried to thus self identification of former militant through the social construction of the movement and the group symbology memory. When considering the past, the construction of identity takes place in relation to the group and its subjective perception. The bond with the group would, it is estimated, rebuilt every reworking process your personal memory of their participation in the ME. The memory as an analytical tool appears in the following analyzes: in the literary productions of 1968; in surveys and investigations of repression, expressed by Dops files on the action of the students served the ME and the subsequent symbolic construction of the group as a threat to internal order, and finally, development of memory boards on the particular path. It shows, so, with the balance of subjective construction that the individual makes of himself when it binds to the historical memory through its group, while the literature and the files are in the opposite direction: objectively observe an individual's why he was part of that group. In remembrance of work, memory, subjective or built by literature always travel this path in both directions, although in the same direction. She founded the individual by the group and the group by the individual in their speech.

Keywords: Student Movement, military dictatorship, Collective Memory

Introdução

O objetivo deste trabalho foi o traçar uma análise que identificasse a formação do conceito de identidade do agente militante estudantil em 1968. A identidade é constituída, essencialmente, por meio da memória que se tem de um período, da ação de grupo, dos movimentos que levaram a manutenção ou alteração de um sistema político. Ao considerar o passado, pode-se afirmar ou contestar: pertencço ou não pertencço à determinada categoria. No caso da memória dos militantes do Movimento Estudantil de 1968, tal memória está em constante transformação e o processo de construção identitária se dá em relação ao grupo e à sua percepção, subjetiva. Entretanto, essas duas construções se intercalam e se moldam, alterando-se mutuamente, frente a um elemento poderoso: a memória e os usos que se pode fazer dela.

Observou-se um interesse político na manutenção ou alteração dos padrões da memória coletiva sobre este grupo que se alterou ao longo destes quase 50 anos que nos separam de 1968. Diante desta perspectiva, este trabalho analisou as 3 frentes que podem formar e expressar os elementos da memória do tema:

1. As leituras acadêmicas de 1968 e a visão acadêmica que se produziu sobre as manifestações estudantis, seu caráter político, sua formação sociológica e seu peso histórico;
2. A leitura de oposição, os arquivos constituídos pela inteligência do Estado repressivo na tentativa de controle ou anulação da experiência e atuação do movimento estudantil. Ver-se-á que a própria constituição dos arquivos e a organização arquivísticas passam pela tentativa de manter ou alterar o ponto de vista do Estado acerca deste grupo;
3. As leituras subjetivas, o espaço da fala desses agentes acerca de sua trajetória.

As três dimensões se influenciam e se intercalam quando da produção de um levantamento sobre o tema. Mas a intenção aqui é mostrar que a vida individual se altera por meio dos pulsos que direcionam os conceitos coletivos sobre o Movimento Estudantil, caracterizando a identidade desses sujeitos de acordo com o contexto político que impede ou que valoriza tais memórias a emergirem.

Este trabalho nasceu com a intenção de verificar as bases literárias que deram origem às duas principais formas de análise do Movimento Estudantil Brasileiro em

1968: as verificações de classe e a conceituação como categoria social. Considerando o posicionamento político desses militantes após sua condição estudantil, a análise proposta traria, em tese, bases para se identificar origens sociais da esquerda política contemporânea oriunda das camadas de resistência civil ao longo dos governos militares. Entretanto, os agentes em questão continuam a mover suas trajetórias de vida, inseridos num contexto social também em constantes transformações e adequações políticas. Afinal, trinta anos separam a democracia que apenas agora procura realizar os processos de reparação e conciliação do que seria um processo de Justiça de transição.

Eventos, como as manifestações de Junho de 2013, continuam a alterar os rumos das trajetórias dos agentes que aqui poderiam explicitar suas campanhas. Essas duas perspectivas trariam bons resultados, entretanto, diante de um processo em constante constituição de valores e novas memórias, a identidade desses atores continua reconfigurando-se constantemente. Há uma base, um ponto de partida, que é a militância estudantil e um ponto estável, as literaturas acerca do tema. Mas o grupo, existente e mutável, pode atingir qualquer direção como ponto e chegada. Desta forma, no primeiro capítulo trabalham-se as categorias teóricas utilizadas na formação do conceito de identidade individual e, a partir delas, o conceito de análise das trajetórias e biografias estruturadas nos capítulos seguintes. É importante observar que este trabalho não se propôs a realizar uma análise de trajetórias, mas sim, a identificar como os três principais modelos de produção de elementos que constroem a memória se ligam e relacionam com a formação da identidade subjetiva desses atores.

A memória é o fio condutor para a análise, mas é a formação externa do conceito de identidade desses atores que formam os caminhos que os leva, em sua trajetória de vida, do ponto de partida da militância estudantil ao ponto de chegada como portadores de ações históricas passíveis de reparação e revalidação por parte do Estado Democrático e da Justiça de Transição. Inicia-se pela conceituação do “sujeito”, para o ator do Movimento Estudantil, até chegar aos elementos que definem suas histórias como trajetórias de vida.

Considerações Finais

Retomando a hipótese central deste trabalho exposta no primeiro capítulo, a proposta foi a de que havia para os integrantes do grupo geral dos militantes do ME uma identificação simbólica de sua trajetória pessoal presente com o grupo no passado, embora não necessariamente com a trajetória do grupo. O laço com o grupo poderia ou não ser reconstruído a cada processo de reelaboração de sua memória pessoal sobre sua participação no ME e dependendo da estimulação externa para o processo elaborativo.

Como resultado geral da análise proposta com base na hipótese supracitada, compreende-se aqui que há um movimento contínuo de legitimação da atuação externa, dentro do ME, a partir da percepção dos sentimentos emergentes ao reavaliar a própria atuação no contexto histórico. O ator transita entre dois universos elaborativos da mesma memória-conceito, a sua versão pessoal, preenchida por elementos emocionais e físicos, e a memória histórica, elaborada pelas pesquisas acadêmicas, pela imprensa, pelo material produzido pela repressão. Esse trânsito gera duas possibilidades de sentimentos:

i) a busca pela legitimação de si no processo histórico (pela legitimação ou pela recusa em dar depoimentos);

ii) e a interpretação do contexto em questão inserido em sua trajetória de vida particular, ambos, elementos confirmadores do laço presente com o grupo constituído no passado.

Portanto, carregado de interpretações e emoções diferentes segundo o momento vivido pelo agente. Laços com o grupo, assim, são estreitados ou afrouxados de acordo com o contexto presente.

A partir dos levantamentos sobre as leituras de 1968 e da construção simbólica do grupo pelo aparato repressor, e da elaboração mnemônica dos atores, em suma, diante da exposição dos três elementos que constituem a identificação simbólica do pertencimento dos atores ao grupo Movimento Estudantil, as elaborações da memória, do grupo e do ator, pode-se afirmar que o objetivo desta pesquisa foi o de humanizar a reconstrução das lembranças através das narrativas de vida e da valorização dos elementos subjetivos destes processos, especialmente os sentimentos emergentes, pois

são eles os determinantes para os direcionamentos e as interpretações cognitivas desses atores sobre si mesmos.

Diante do espaço aberto não só para a evocação como para a valorização das memórias dos grupos de resistência à ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1985, observa-se uma nova face para os usos políticos das lembranças e da memória, em associação com as tentativas de reconstrução do panorama da memória histórica e coletiva – neste caso com a implementação da CNV num processo que se pode enquadrar como Justiça de Transição Tardia - expressas nas intenções de “verificação” da verdade, de reconciliação, embora no Brasil não houvesse a intenção da punibilidade para os crimes de lesa humanidade. Por esses usos, a formação dos conceitos que delimitam a importância ou o foco dado a um grupo revelam os interesses de sua exposição.

Logo após a estabilização democrática, nos primeiros anos da década de 1990 não houve um movimento para se verificar os arquivos da ditadura por exemplo, muito embora o interesse provavelmente existisse por parte dos que militaram. As aberturas acontecem progressivamente, e é a partir do primeiro governo mais à esquerda encabeçado por um ex-líder sindical que abarca em sua equipe de governo muitos quadros da resistência estudantil e de guerrilha daqueles anos, que o governo mostra a abertura através institutos de pesquisa, como se observou nos memorialísticos da justiça de transição.

Neste panorama de construção e identificação usos políticos da memória do ME, pode-se apresentar um dos usos mais delimitados. A definição simbólica do grupo pela repressão, que molda as formas de coerção a medida que o ME se reconfigura – ou é lido – de forma mais orgânica. Por isso, quando se analisa o tipo de produção inserida em seu contexto, percebe-se também o “pulso” de produção que permite seu direcionamento.

Observam-se três momentos do ME a partir de 1968:

- i) 1969 – 1973 – há um refluxo nas na exposição das lutas, ou seja, as articulações não são expostas em reuniões amplas e passeatas, haja visto a repressão a partir do AI-5. Mas a partir dos panfletos e comunicações internas das entidades estudantis, bem como a partir dos relatórios investigativos do DOPS, observa-se que não houve inatividade. Mas sim, um processo de resguardo e tentativa de reorganização, que se inicia já em 1969.

- ii) 1973 – 1977 Este período apresenta dois momentos cruciais, que chamam a atenção da repressão e consolidam a identificação do ME como grupo de ameaça. Em 1974, a morte de Alexandre Vanucchi Leme incita a revolta e o repúdio dos estudantes, que saem as ruas pela primeira vez de forma mais coesa desde 1968. Em 1977, a repressão às reuniões na UFMG nas ruas de Belo Horizonte e a invasão da PUC – Campinas nas duas tentativas de reorganização nacional do ME demonstram ao mesmo tempo, o trabalho dos estudantes para uma nova articulação política contestatória do regime, e o controle e olhares atentos da repressão sobre esta possibilidade.

Sendo a intenção deste trabalho a exploração dos processos de auto identificação do ex-militante do movimento estudantil no período de ditadura militar, por meio da construção social da memória do movimento e da simbologia do grupo, temos a partir das análises construídas nos capítulos 2 e 3 então duas características principais:

- i) no plano individual, a experiência das mobilizações do ano de 1968 como ponto base para a identificação do grupo e construção do laço simbólico, a partir do reconhecimento das ações pessoais desenvolvidas naquele ano como elementos direcionadores ou disparadores da atuação posterior a 1968;
- ii) no plano coletivo, da construção do grupo pelo aparato repressivo, que como discutiu-se no terceiro capítulo, retoma o processo 15/68 referente às prisões em Ibiúna para delimitar a caracterização de um indivíduo possivelmente subversivo a partir das ligações com o grupo que ameaçava a ordem interna e a segurança nacional.

Como objetivos secundários, porém necessários para a compreensão desta dinâmica de dupla afetação dos planos pessoal e coletivo na elaboração do laço de pertencimento, estabeleceu-se que o plano temporal e as intenções direcionadoras dos usos políticos da memória fomentam as leituras produzidas sobre a história e a memória coletiva do movimento estudantil, segundo os pulsos de produção que buscavam a compreensão:

- i) do plano político do ME (nas explicações estruturais e de associações político-ideológicas);

- ii) da interpretação sociológica do movimento e de seus atores segundo seu contexto político-econômico de dependência, sua classe de origem, sua condição transitória estudantil ou o processo de transição da juventude para a vida adulta;
- iii) e por fim, a partir da estimulação gradativa das releituras, da reinterpretção da estrutura, dos acontecimentos e do desenvolvimento do ME que ocorreram em menor escala ao se iniciar a abertura dos arquivos, e com maior intensidade a partir dos ciclos comemorativos dos 40 anos de 1968, dos processos de valorização da memória e da verdade da Justiça de Transição tardia expressa nos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, e pela contraposição ao ciclo “comemorativo” dos 50 anos do Golpe, como parte das atividades da resistência à Ditadura Militar.

Como foi trabalhado ao longo do texto, o questionamento sobre a vinculação entre atores, grupo simbólico e a memória da militância estudantil neste trabalho se deu principalmente em face do processo de JTT no Brasil. Ainda que se possa questionar este termo quando em comparação aos processos que ocorreram em outros países, de responsabilização e punição de atos logo após a transição política para uma democracia, ele se aplica ao processo brasileiro que pode ser entendido como uma “terceira fase” da transição (Meyer, 2012). Neste caso, o que se viu nos últimos 5 anos e que pode ser apreendido das falas e do posicionamento dos depoentes desta pesquisa foi um processo de “*responsabilização*” em que o Estado forneceu as ferramentas e os espaços de discussão e análise para a verificação de crimes ocorridos durante a ditadura.

Vimos que, com raríssimas exceções, como a do caso do General Brilhante Ustra, a Justiça brasileira não tratou desta responsabilização de forma punitiva para os possíveis réus. Houve, porém, um esforço para trazer ao presente e à sociedade civil os elementos de luta contra a ditadura, de forma que não fossem esquecidos, ou apagados pelo tempo. A busca pelo não esquecimento e pela valorização das lutas contra a ditadura transferiu para a sociedade civil a legitimação e a reparação, por meio da preservação e difusão da memória e da verdade, que deveria partir da Justiça. Houve muitos esforços para a sensibilização da sociedade civil sobre a ditadura, promovidos por universidades e grupos de pesquisa, e neste sentido, a responsabilização foi tomada

por outras esferas sociais, dando outros sentido e direcionamento à verificação da verdade, a conciliação e a justiça.

Percebeu-se um processo de transferência da responsabilização do Estado, para uma responsabilização social, como se a preservação de memórias fosse o foco principal da justiça e da reparação. Neste sentido, os atores do movimento estudantil tomam para si, em muitos momentos, a tarefa, já que este processo também implica na legitimação e sua trajetória militante – por si mesmo e pelos grupos sociais dos quais faz parte.

Esta pesquisa mostra um âmbito pouco estudado sobre a memória do movimento estudantil, já que opta por enfatizar os sentimentos de ligação e de pertencimento do indivíduo com o grupo, e a fonação deste por meio da memória, ao passo que os estudos tradicionais sobre o Movimento Estudantil durante a ditadura militar concentram-se na análise do posicionamento e comportamento político-ideológico dos grupos estudantis, ou da própria UNE como expoente máximo da organização da militância estudantil.

Por isso, há uma contribuição à área das pesquisas sobre o tema no processo de valorização da visão particular de cada ator sobre o processo, bem como na identificação dos elementos de ligação entre estes, sua trajetória pessoa e as memórias que fazem do grupo um ele presente e permanente. Pode-se argumentar que esta perspectiva foge um pouco das linhas tradicionais de análise das estruturas políticas e organizacionais do movimento, e que talvez isto afaste o objeto.

O elemento de ligação é, possivelmente, o sentimento de pertencimento. Mas porque ele não se desvanece? Neste sentido, uma das interpretações possíveis é que seja o *trabalho de legitimação*, de si mesmo, do passado, e do próprio grupo, seja o elemento que mantenha ligadas as três esperas, o grupo, a memória, e os atores. E isto, pelos sentimentos que gravitam em torno das memórias das mobilizações.

Portanto, a conclusão deste trabalho é que, tomando como base o escopo da sociologia foracchiana sobre os movimentos estudantis, o trabalho de legitimação por meio das falas e do processo mnemônico foi o *laço de continuidade* entre o indivíduo que deixa de pertencer a uma categoria (a de estudante) mas não perdeu o vínculo com seu grupo (o ME). Neste sentido, é importante observar que o ME como grupo ao qual o indivíduo se sente ligado transcende as organizações estudantis, como Das, DCEs, ou a própria UNE. Isto porque tais grupos representam a condição que pode e foi

transcendida – ser estudante. O indivíduo perde o contato com estes grupos quando deixa a universidade já o laço de continuidade existente não está na estrutura organizacional estudantil, mas na projeção da ação individual vinculada aos sentimentos de pertencimento a um grupo que reflete, de volta para o ator, os contornos e a história de sua geração.

Utilizando pesquisas anteriores, este trabalho mostra que existe a possibilidade de se trabalhar um tema já tão percorrido pela literatura da sociologia política, por meio de perspectivas que privilegiem o elemento humano. Os referidos depoimentos foram coletados antes dos processos de investigação das comissões da verdade, e eram voltados à temática dos ciclos comemorativos. No entanto, percebe-se que as linhas homogêneas oferecem uma possibilidade de informação que insere as trajetórias individuais nas *memórias do ME*.

Neste sentido, o grupo é pólo gravitacional para onde emergem as memórias. Veremos, no próximo tópico, que a partir de 2012, quando um novo bloco de depoentes concedeu as entrevistas, que a construção dos quadros de memória inverte esta dinâmica, de forma que as falas são construídas para que se mostre a presença do ME nas vidas individuais, e são estas, por sua vez, o foco das construções. Assim, observa-se que em três momentos e ambientes diferentes, a construção das lembranças acontece também de forma diferente. Neste trabalho, no capítulo quatro, dispuseram-se dois momentos de evocação de memórias onde havia um elemento disparador, e um momento intermediário em que não havia um elemento que afetasse todo o grupo.

Assim, os três momentos foram:

- a) o ciclo comemorativo dos 40 anos, em 2008, representado pelas discussões via e-mail;
- b) os depoimentos posteriores, deslocados de um ciclo comemorativo;
- c) e por fim, a análise oral da construção dos quadros de lembranças durante o processo de investigação da Comissão nacional da Verdade como elemento disparador.

Entre as dificuldades da pesquisa, pode-se destacar o acesso aos arquivos da ditadura. Muito embora os documentos aqui utilizados sejam muito bem cuidados pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo Dops, sabe-se que muitos documentos importantes do período foram extraviados, destruídos, ou ainda sob a guarda das Forças Armadas e sem acesso público. Ainda assim, observar a estrutura interna dos arquivos

dentro daquilo que é possível hoje fornece elementos suficientes para a reflexão sobre a ação da inteligência militar na caça aos chamados subversivos. Questiona-se, porém, o motivo da ausência deste grupo nos trabalhos da CNV, embora figure muito nos trabalhos paralelos de instituições de pesquisa.

A partir de uma perspectiva mais ampla, este trabalho buscou verificar os padrões de identificação do ex-militante estudantil com seu grupo de atuação na juventude, outros espaço-tempo. Vimos, frente aos resultados obtidos nos grupos de análise 1 e 2, que o espaço-tempo pode oferecer elementos disparadores para a construção de quadros de memória diferentes, e com isso, influenciar nas ferramentas da memória que cada ator utiliza neste processo. Normalmente, observou-se, influencia o grupo de maneira homogênea. Se para o primeiro grupo, a identificação do ME como um dos contribuintes para um “país melhor” ou uma “situação mais justa” como figuraram em algumas falas acerca do final da ditadura militar, e o elemento que legitima a ação individual e vincula a memória do ator a seu grupo passado no presente, no segundo grupo, é o próprio processo de fala e reconstrução da memória o elemento de ligação. A possibilidade de reconstruir suas trajetórias, repensar ações, produzir balanços, fez parte do processo de legitimação de sua ação e da ação do grupo.

A possibilidade é que, uma vez que o elemento disparador. Para o primeiro grupo se apoiava nos resquícios da intenção da “celebração” do ciclo comemorativo dos quarenta anos, e por isso, a identificação da trajetória individual no grupo era importante nas falas. Neste contexto, o grupo estava justificado, legitimado externamente, e as falas dos atores reproduziram esse contexto. Para o segundo grupo, a construção das memórias se deu de maneira inversa. No contexto de valorização da memória, justificação e exposição da verdade, o processo da rememoração e da fala justificava os sentimentos que os atores observavam sobre o impacto de sua articulação política sobre suas vidas. Neste sentido, a leitura era feita do grupo para as trajetórias individuais, como se um movimento importante fizesse parte de suas vidas.

Como conclusão, entende-se, portanto, que a partir do espaço-tempo observado, muda o eixo gravitacional da interpretação, mas há sempre uma busca de legitimação da história e da trajetória de si mesmo frente à existência do grupo, permeada por sentimentos variáveis, como orgulho, pesar, saudade. Diante disto, é preciso que haja um processo de valorização do elemento humano como fonte de pesquisas que tenham movimentos sociais e políticos como tema, uma vez que as vidas individuais não são apenas perpassadas por eles, mas profundamente afetadas. Neste sentido, a interpretação

particular e os sentimentos emergentes deste processo são também dados importantes. No tocante à memória do Movimento Estudantil no Brasil, é preciso ter em mente que o trabalho de articulação política foi feito por pessoas, vidas individuais, pessoais, universos inteiros, construídos ou afetados por sua mobilização.

É preciso olhar para estes atores como portadores da memória que se busca preservar, mas também como donos de trajetórias passíveis de sentimentos tanto mobilizadores quanto imobilizantes, passíveis de dor, medo, arrependimento, e não apenas o orgulho pela participação. Valorizar a oralidade e a experiência de cada ator como um universo subjetivo rico, mas particular. Não somente como um dado, como parte da composição ideológica a ou b. Este seria um dos caminhos para a real valorização da memória, verdade e justiça.

Este trabalho não observa o movimento estudantil de 1968, mas o utiliza como ponto de base para a identificação de três universos sociológicos diferentes que se moldam a partir das experiências individuais e coletivas iniciadas pelo ativismo político naquele ano, a saber, a memória, o grupo e o ator, mas que se intercalam e influenciam cíclica e mutuamente, ao mesmo tempo em que oferecem um quadro da dinâmica entre a sociedade, pela memória coletiva e pela criação simbólica do grupo, e a vida individual.

O estudo da resistência à ditadura militar oferece múltiplas possibilidades, diversos atores, que trazem suas trajetórias pessoais e as intersecções com as trajetórias de grupo. O conceito de grupo é fundamental para se chegar à formação individual da identidade, pois é por meio desta interpretação que as ações de repressão foram construídas – e tais ações, por sua vez, redirecionam as mobilizações estudantis.

Diante do exposto, a contribuição geral deste trabalho para o tema se concentra na associação do mesmo aos elementos da psicologia social que ressaltam a emergência dos sentimentos, das emoções e das sensações físicas na elaboração das lembranças, de forma que, para além da valorização da memória dos atores no contexto da ressignificação da memória dos movimentos políticos durante a ditadura militar que se deu nos últimos anos, e não apenas do movimento estudantil, haja neste processo a humanização dos olhares acerca destas trajetórias. Uma vez que a memória histórica se constrói pela seleção despersonalizada de elementos das memórias individuais, buscou-se uma perspectiva em que a ligação simbólica entre o grupo e o ator do ME fosse pautada pela compreensão mais pessoal e particularizada possível oferecida pelo próprio

ator, afim de que se pudessem observar as intersecções entre o panorama político e a escolha pela militância na vida de quem fez parte deste trajeto histórico.